



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Audiência Pública no Senado Federal

Lei Geral do Desporto Brasileiro

Ismar Barbosa Cruz

Brasília, 20 de outubro de 2016.

Sumário

- A atuação do TCU na área de esporte
- Conclusões de trabalhos do TCU que guardam relação com os temas Sistema Nacional do Esporte e Financiamento Público do Esporte
- Perspectivas

Atuação do TCU na Área do Esporte

- Análise da gestão do Ministério do Esporte
- Avaliação da conformidade e do desempenho
 - dos programas de governo constantes dos orçamentos da União (Bolsa-A atleta, Segundo Tempo, Esporte Lazer da Cidade, etc)
 - dos recursos descentralizados por meio de convênio ou outras formas de transferência voluntária
 - dos recursos da Lei Agnelo-Piva (COB, CPB, CBC, Confederações)
 - patrocínios estatais
 - renúncias de receita (Lei de Incentivo ao Esporte)

Alguns trabalhos realizados pelo TCU na área do esporte

- Levantamento no Sistema Nacional do Desporto – Acórdão 1785/2015 – TCU – Plenário;
- Auditoria de conformidade em entidades esportivas (comitês e confederações) gestoras de recursos da Lei 9.615/1998;
- Auditoria Operacional no Esporte de Alto Rendimento (Monitoramento Acórdão 357/2011);
- Fisc Esporte 2016;
- Estudo comparado.

Levantamento de Auditoria no Sistema Nacional do Desporto

- **Deliberação TCU:** Acórdão 1785/2015-TCU-Plenário.
- **Objetivo:** Compreender o funcionamento dos componentes do Sistema Nacional do Desporto, verificando as fontes de financiamento, as formas de aplicação dos recursos públicos recebidos, os controles e os resultados.
- **Principais Conclusões:** a seguir

Inexistência de um sistema esportivo estruturado de fato.

- Ausência de direcionadores estratégicos;
- Ausência de definição clara das competências de todas as partes envolvidas;
- Ausência de políticas consistentes de base, de pós treinamento e de desenvolvimento das equipes de apoio ao atleta, e de cadeia consolidada de detecção e de desenvolvimento de atletas;
- Baixo nível de interação entre as partes (iniciativas isoladas);
- Atuação da CDMB, não integrada formalmente ao sistema.

Ausência de Plano Nacional do Desporto.

- Documento previsto na Lei 9.615/1998 (incluído pela Lei 12.395/2011) como direcionador da aplicação dos recursos públicos no esporte;
- Vinculação obrigatória dos contratos de desempenho ao PND;
- Portaria ME 105, de 16/4/2015, instituiu grupo de trabalho com a finalidade de elaborar Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte;
- Ausência desse plano significa ausência de planejamento integrado para o sistema e suas partes.

Organização, estrutura e capacidade operacional deficientes do Ministério do Esporte.

- O órgão conta com 404 servidores, sendo 86 efetivos;
- Existência de unidades com 1 ou nenhum servidor efetivo;
- Ausência de plano estratégico do órgão;
- Controle deficiente sobre as prestações de contas recebidas;
- Esses problemas impactam na eficácia e na eficiência da atuação de todo o sistema, tendo em vista o papel de liderança previsto para o Ministério, conforme os normativos vigentes.

Governança e gestão deficientes no esporte de rendimento.

- Sistema não conta com liderança atuante do ME, enquanto responsável pela política nacional de desenvolvimento do esporte;
- Ausência de direcionadores estratégicos em nível de sistema; interação deficiente entre as partes; ausência de alinhamento das ações; falta de definição de competências;
- Controles deficientes ou inexistentes dos recursos públicos aplicados.

Evolução do ordenamento jurídico e do montante de recursos aplicados ao esporte de rendimento.

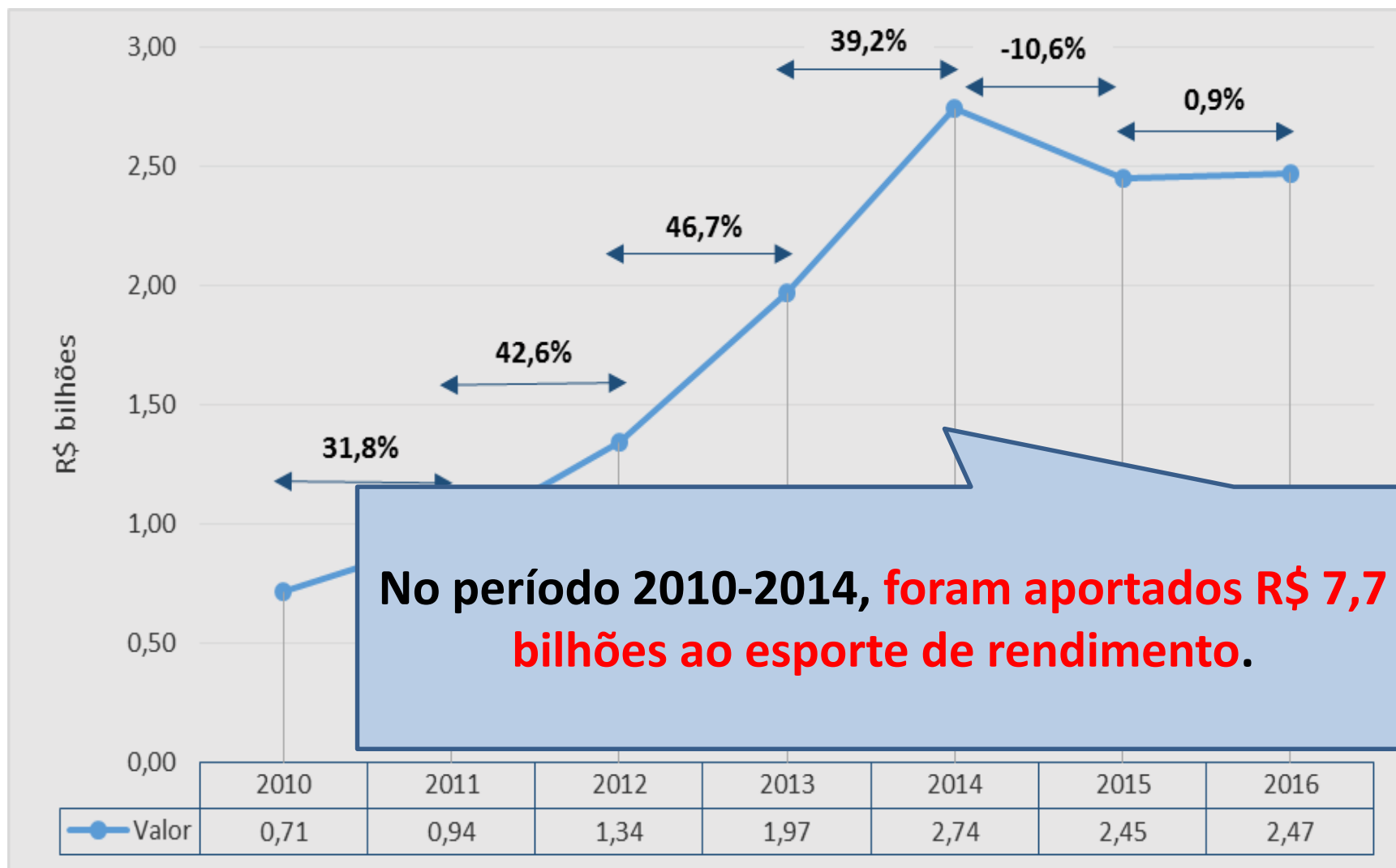
- Alterações promovidas na inclusão de requisitos para públicos;
- Exigência da assinatura de contrato de desempenho;
- Evolução dos valores globais aportados no esporte de rendimento:

Deve conter previsão de critérios de **avaliação de desempenho**, mediante **indicadores de resultado**.

O Desafio da Construção de Indicadores

- Necessidade de avaliação das políticas públicas;
- Histórico de fragilidade ou inexistência de indicadores na realidade brasileira;
- Importância do estabelecimento de meta e diretrizes mensuráveis;
- Relevância de indicadores para aperfeiçoamento das políticas e para avaliação dos resultados por órgãos de controle e sociedade;
- Tendência mundial de estabelecimento de parâmetros uniformes de medida, para comparação do desempenho entre países.

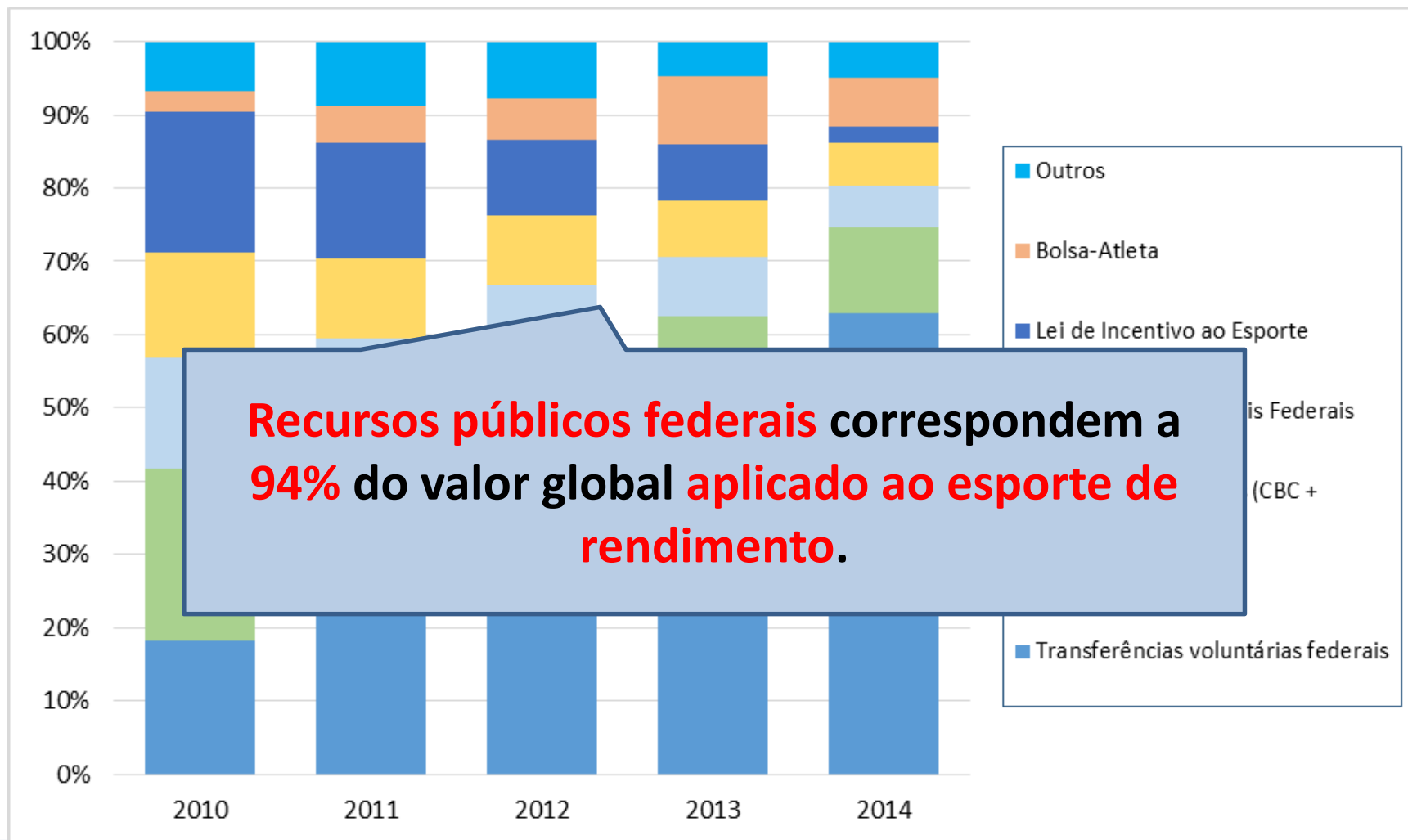
Recursos Aportados ao Esporte de Rendimento



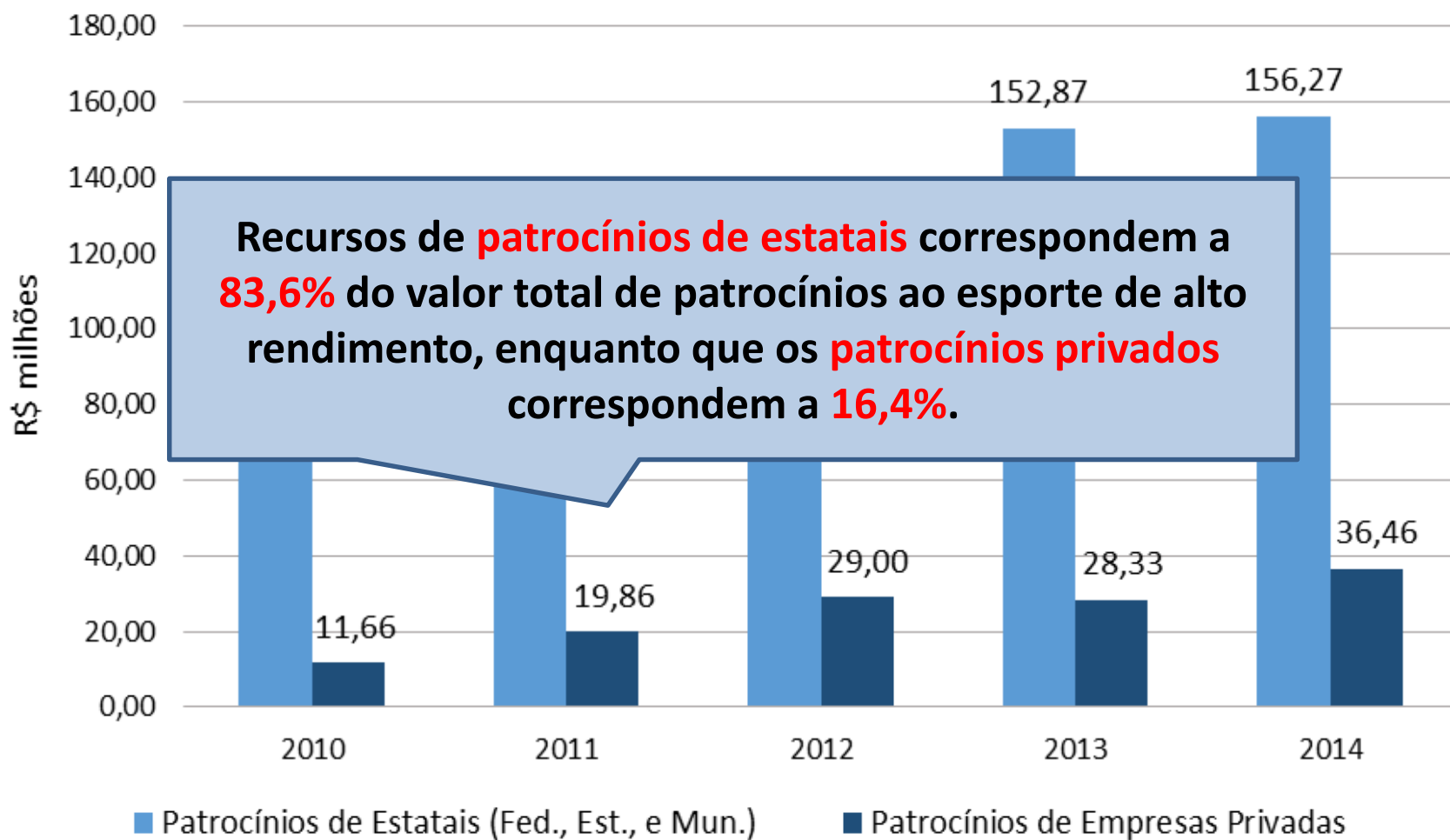
Extrema dependência dos recursos públicos federais no financiamento das ações relativas ao esporte de rendimento, colocando em risco a sustentabilidade financeira das entidades do sistema.

- Participação relativa por fontes de recursos;
- Participação relativa dos patrocínios estatais (federais, estaduais e municipais) x patrocínios privados.

Participação relativa das fontes de recursos para o esporte de rendimento



Participação relativa dos patrocínios públicos e privados no esporte de rendimento



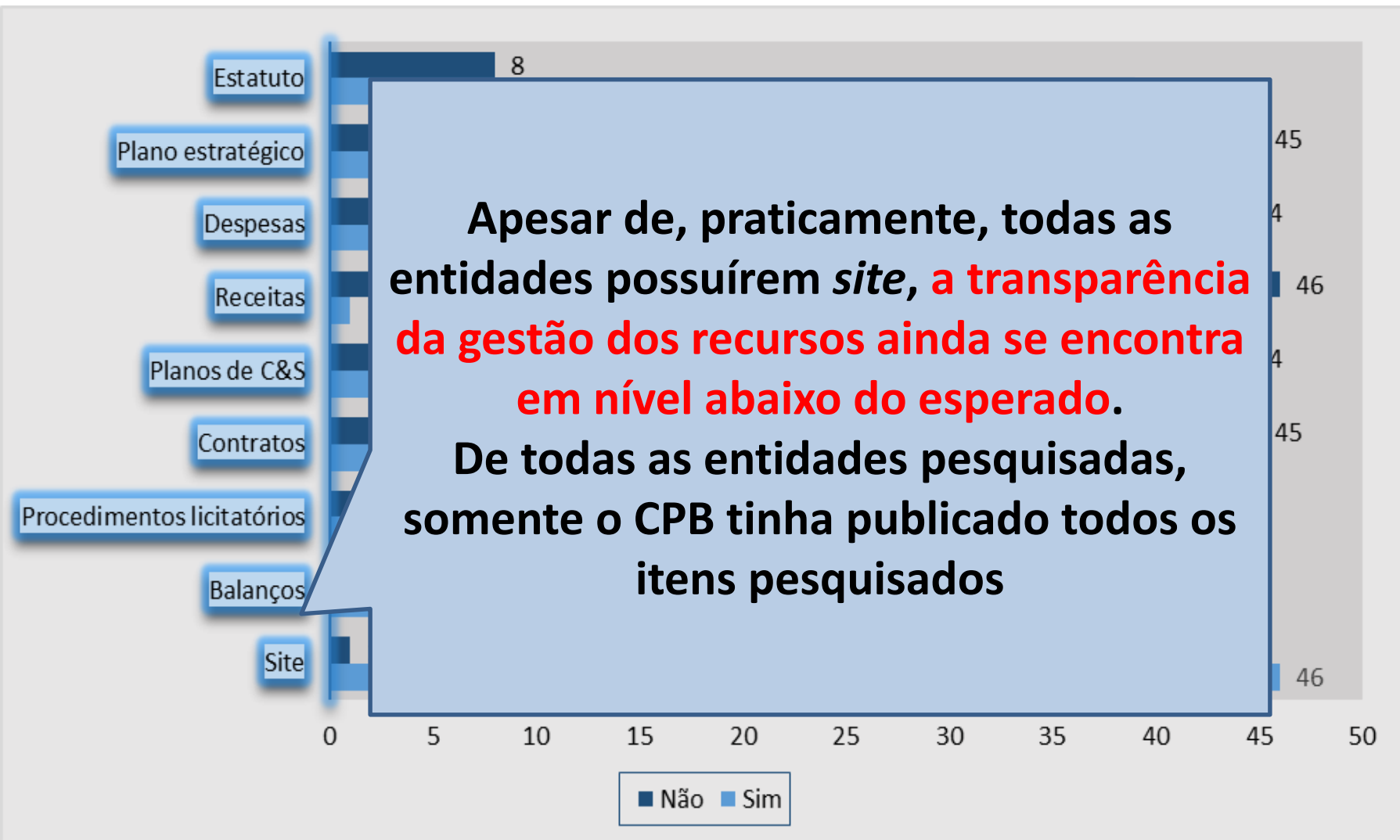
Existência de fragilidades nos controles dos recursos públicos aplicados no esporte de rendimento.

- Verificação pelo ME do atendimento das exigências legais por parte das entidades mostrou-se limitada;
- Até 20/3/2015, somente quatorze entidades tinham certidão de cumprimento das exigências;
- Ausência de contratos de desempenho.

Baixo nível de transparência da gestão dos recursos aplicados no esporte de rendimento, resultando em óbice ao controle social.

- O inciso IV, do art. 18-A da Lei 9.615/1998 determina que as entidades “**sejam transparentes na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão**”;
- Consultas realizadas aos sítios eletrônicos do COB, do CPB, da CBC e das confederações olímpicas e paraolímpicas revelaram o generalizado descumprimento dessa diretriz.

Pesquisa sobre transparência da gestão dos comitês e confederações



**50 milhões de alunos.
Cerca de 11 mil
associados.**

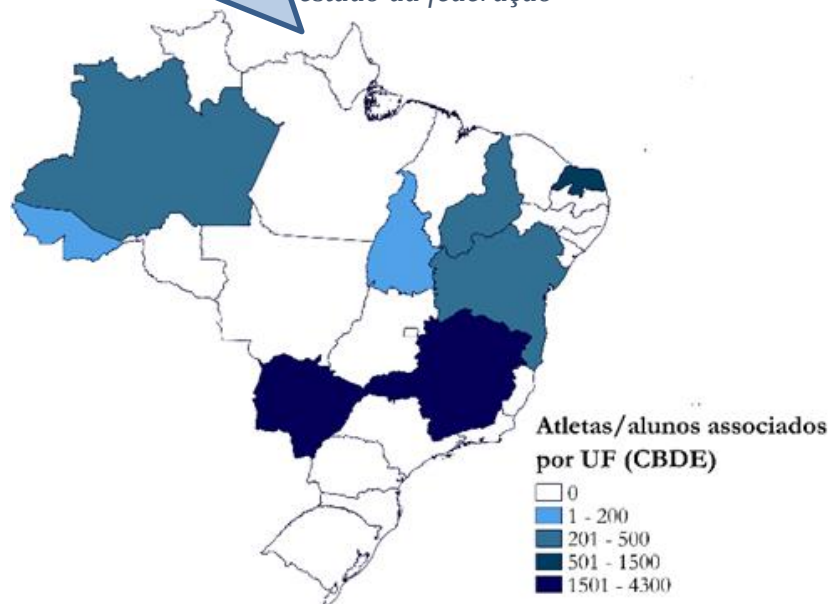
(Censo Educação Básica 2013)

**Participação no desporto
universitário**

**7,3 milhões de alunos.
Cerca de 54 mil
associados.**

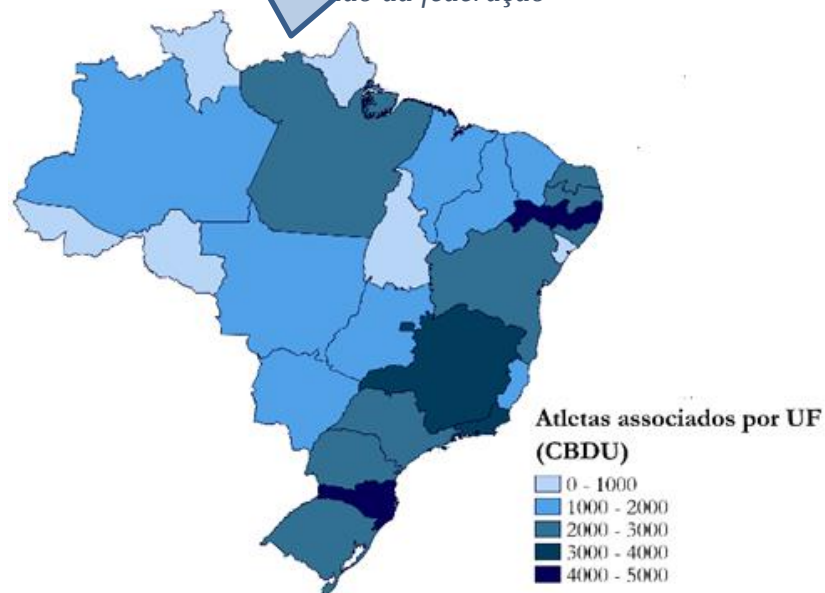
(Censo Educação Superior 2013)

Figura 41 – Quantidade de alunos associados à CBDE, por estado da federação



Fonte: CBDE e CBDU.

Figura 42 – Quantidade de atletas associadas à CBDU, por estado da federação



Fonte: CBDE e CBDU.

Auditoria de conformidade na gestão dos recursos da Lei 9.615/1998 por entidades esportivas

- Esta auditoria teve por objetivo **verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 9.615/1998**, alterada pela Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva) por parte de amostra das entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto (SND);
- **13 Entidades auditadas:** Comitê Paraolímpico Brasileiro, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederação Brasileira de Clubes, Confederação Brasileira de Basketball, Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, Confederação Brasileira de Ciclismo, Confederação Brasileira de Judô, Confederação Brasileira de Voleibol, Confederação Brasileira de Ginástica, Confederação Brasileira de Atletismo, Confederação Brasileira de Rugby, Confederação Brasileira de Hipismo e Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais.

Conclusões da auditoria de conformidade na gestão dos recursos da Lei 9.615/1998

- Hipóteses levantadas no Levantamento foram confirmadas com a realização dessa auditoria de conformidade;
- Deficiências nos estatutos de algumas das entidades com relação ao conteúdo mínimo exigido pela Lei 9.615/1998;
- Transparência deficiente no que se refere à movimentação dos recursos da Lei 9.615/1998;
- Processos eleitorais que dificultam alternância no exercício dos cargos de direção;

Conclusões da auditoria de conformidade na gestão dos recursos da Lei 9.615/1998

- Diversos casos de má aplicação dos recursos da Lei 9.615/1998, incluindo, por exemplo, realização de despesas vedadas;
- Problemas na gestão dos recursos da Lei 9.615/1998 pelas entidades esportivas, relacionados a processos de aquisições e de contratações, incluindo favorecimento indevido, aquisições antieconômicas, ausência de comprovação da regular liquidação das despesas;

Auditoria Operacional no Esporte de Alto Rendimento (Monitoramento Acórdão 357/2011)

- **Deliberação TCU:** Acórdão 1801/2015–TCU-Plenário.
- **Objetivo:** Verificar a implementação das recomendações e determinações contidas no Acórdão 357/2011 – TCU – Plenário.

Conclusões

- grande contingente de **crianças e jovens sem acesso a locais de iniciação da prática esportiva;**
- **deficiências** operacionais e de infraestrutura dos **centros de treinamento instalados;**
- necessidade de **aperfeiçoar o foco de atendimento da Bolsa-Atleta**, mantendo a prioridade para as modalidades olímpicas e paraolímpicas, e garantir maior tempestividade ao processo de concessão do benefício;

Conclusões

- financiamento da construção de **novos centros de treinamento desvinculado de diagnóstico das necessidades de cada modalidade** e de plano de usabilidade para o esporte de alto rendimento;
- necessidade de implementação de sistemática voltada a **monitorar o funcionamento dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)**, de forma a identificar, tanto as boas práticas de gestão dos centros, como situações críticas na sua operacionalização.
- inexistência de **política pública para o pós-carreira** dos atletas.

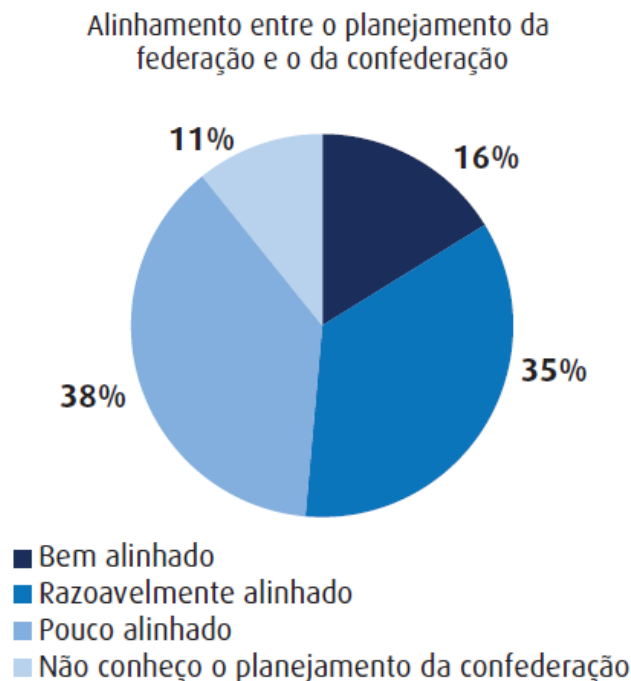
Auditoria Operacional no Esporte de Alto Rendimento (Monitoramento Acórdão 357/2011)

Figura 1 – Percepção de atletas sobre o estágio de estruturação de ações voltadas à detecção de talentos esportivos.



Fonte: TC 007.333/2014-5.

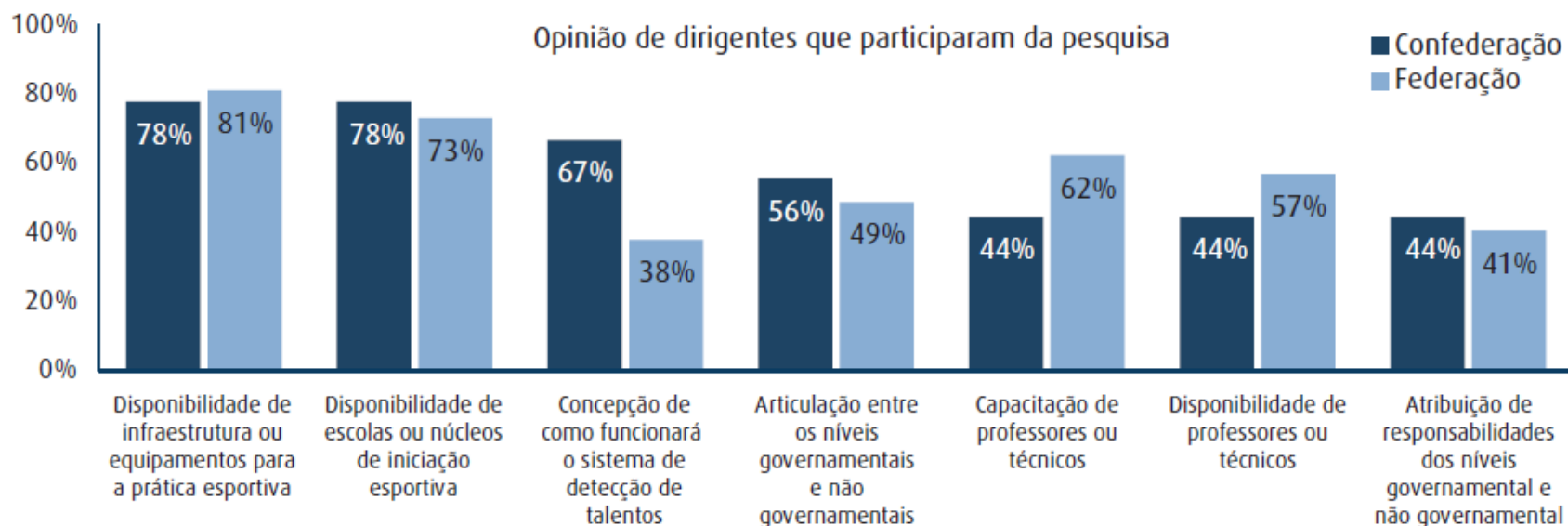
Figura 2 – Percepção de dirigentes de entidades de administração esportiva sobre o alinhamento de planos para o desenvolvimento da modalidade.



Fonte: TC 007.333/2014-5.

Auditoria Operacional no Esporte de Alto Rendimento (Monitoramento Acórdão 357/2011)

Figura 3 - Principais desafios à institucionalização e estruturação de um sistema de detecção de talentos no país.



Fonte: TC 007.333/2014-5.

Fisc Esporte 2016

- Apresentar panorama sobre a evolução histórica do gasto público na função orçamentária Desporto e Lazer;
- Avaliar os indicadores de desempenho vinculados à política desportiva nacional constantes nos PPAs 2012-2015 e 2016-2019;
- Apresentar o diagnóstico da situação de implementação dos CIE e do PND

Conclusões do Fisc Esporte 2016

- Baixa execução orçamentária e financeira do Ministério do Esporte , afetando negativamente o impacto das políticas voltadas ao desenvolvimento do esporte no país
- Deficiências na avaliação de desempenho das políticas públicas de esporte (Indicadores que sequer foram calculados e índices que não são capazes de medir o objeto analisado)
- Inexistência de metas de longo prazo relativas à Política Nacional do Desporto;
- Dos 242 projetos aprovados, apenas um CIE está em funcionamento;

Estudo Comparado sobre Desporto de Alto Rendimento

- O maior estudo comparativo das políticas nacionais de desporto de alto desempenho já realizado foi intitulado de *Successful Elite Sport Policies*.
- A Pesquisa foi realizada pelo consórcio Sport Policies Leading to International Sporting Success (SPLISS), composto por pesquisadores da Austrália, Bélgica Holanda e Reino Unido.

Estudo Comparado sobre Desporto de Alto Rendimento

- Nove pilares que representam fatores essenciais para o desenvolvimento do esporte de alto nível:
 - i. suporte financeiro;**
 - ii. organização e estrutura de políticas para o esporte;**
 - iii. participação e esporte de base;**
 - iv. identificação de talentos e sistema de desenvolvimento;**
 - v. suporte para atletas e pós-carreira;**
 - vi. instalações esportivas;**
 - vii. desenvolvimento e suporte para técnicos;**
 - viii. competições nacionais e internacionais;**
 - ix. pesquisa científica.**

Estudo Comparado sobre Desporto de Alto Rendimento

- O SPLISS destacou que o **Brasil está entre os países mais ineficientes na aplicação dos recursos destinados ao esporte;**
- **O país está entre as nações que mais aportam recursos no setor,** a despeito desse investimento não refletir no aprimoramento dos demais pilares analisados e nem no desempenho dos atletas brasileiros em competições internacionais quando comparado com nações cujo suporte financeiro é equivalente ao brasileiro.

Estudo Comparado sobre Desporto de Alto Rendimento



Verão	Inverno		Suporte Financeiro	Governança, estrutura e organização	Participação e esporte de base	Identificação e desenvolvimento de talentos	Suporte para atletas e pós-carreira	Instalações de treinamento	Desenvolvimento e suporte para técnicos	Competições (internacionais)	Pesquisa científica e inovação	Média
			P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	
4,30%	4,38%	França*	69%	37%	52%	51%	66%	72%	80%	55%	60%	60%
4,10%	1,21%	Austrália	60%	64%	54%	52%	76%	66%	69%	48%	90%	64%
3,90%	1,96%	Japão	61%	58%	33%	48%	67%	74%	60%	78%	75%	62%
2,40%	6,59%	Coreia do Sul	70%	47%	38%	54%	54%	55%	59%	57%	59%	55%
1,80%	4,83%	Holanda	45%	69%	62%	73%	77%	65%	62%	54%	53%	62%
1,70%	0,00%	Espanha	56%	50%	33%	59%	76%	74%	56%	67%	37%	56%
1,50%	12,27%	Canada	55%	58%	43%	25%	65%	63%	73%	62%	68%	57%
1,40%	0,00%	Brasil	66%	38%	35%	20%	38%	33%	27%	57%	28%	38%
0,70%	0,09%	Dinamarca	28%	53%	71%	66%	63%	49%	48%	63%	47%	54%
0,60%	3,22%	Suiça	45%	58%	62%	75%	58%	61%	68%	44%	49%	58%
0,30%	2,52%	Finlândia	36%	47%	50%	53%	70%	43%	56%	65%	53%	52%
0,25%	0,00%	Irlanda do n.*	30%	42%	42%	44%	63%	60%	52%	40%	31%	45%
0,20%	0,10%	Estônia*	26%	34%	NA	64%	34%	56%	34%	48%	38%	42%
0,20%	0,19%	Flanders	41%	48%	48%	76%	66%	47%	52%	45%	52%	53%
0,15%	0,00%	Portugal	25%	34%	41%	47%	49%	48%	52%	52%	35%	43%
0,02%	0,00%	Valônia	33%	36%	46%	63%	54%	37%	38%	36%	23%	39%
		Média	47%	48%	47%	54%	61%	56%	56%	55%	50%	

Perspectivas

- Implementação efetiva da política pública esportiva no país, garantindo-se a **observância da destinação prioritária de recursos para o desporto educacional** como base para o desenvolvimento sustentável do desporto de rendimento, acabando com a atual distorção na distribuição de recursos públicos no esporte;
- **Implementação de um sistema nacional do esporte efetivo**, com entidades atuando de forma integrada e convergente e com papéis definidos, visando ao atingimento de objetivos nacionais na área do esporte;

Perspectivas

- **Elaboração e aprovação de um Plano Nacional do Desporto** consistente com objetivos claros, com indicadores que permitam medir o desempenho das políticas públicas, visando ao **desenvolvimento sustentável de uma política de Estado na área do esporte**;
- Criação de mecanismos de **diminuição da dependência** das entidades esportivas, que são privadas, **dos recursos públicos**;

Perspectivas

- **Aperfeiçoamento dos mecanismos de governança** nas entidades do sistema nacional do desporto, com a criação de controles efetivos sobre a gestão dos recursos públicos por entidades privadas, de forma a **garantir eficiência e efetividade** de sua atuação.

Muito obrigado!

Tribunal de Contas da União
Secretaria de Controle Externo da Educação, Cultura e Desporto
(SecexEducação)

✉ secexeduc@tcu.gov.br

☎ (61) 3316-7352